

Ata número cento e sete-----

Ao quinto dia do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois teve lugar pelas dezoito horas e trinta minutos, em segunda convocatória, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), por videoconferência, em virtude dos condicionalismos provocados pela pandemia COVID 19. -----

Estiveram presentes os seguintes delegados das Associações Nacionais por Área de Deficiência (ANDD's), que deram o seu consentimento prévio para a realização da reunião desta forma. -----

ANDDI – Portugal – Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual – Portugal, estiveram presentes os delegados José Carlos Ferreira Pavoeiro (José Pavoeiro), Manuel Moreira Carvalho (Manuel Carvalho), Margarida José César Osório Silva Duarte (Margarida Duarte) e Paula Cristina Duarte Ferreira (Paula Ferreira) e Nuno Filipe de Almeida Carneiro Silva Machado (Nuno Machado). -----

ANDDVIS – Associação Nacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Visual, esteve presente com os delegados, Luís Filipe Teixeira Gestas (Luís Gestas), Márcia Daniela Faria Ferreira (Márcia Ferreira), Pedro Figueiredo (Pedro Figueiredo) e Pedro Pereira (Pedro Pereira) e Fátima Peixoto (Fátima Peixoto). -----

PCAND – Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto, esteve presente com o delegado David Manuel Domingues Henriques (David Henriques). -----

LPDS – Liga Portuguesa de Desporto para Surdos não esteve presente com qualquer delegado. -----

Não estiveram presentes os delegados das seguintes entidades: AAPD – Associação de Atletas Portadores de Deficiência, Associação de Árbitros, Juízes e Classificadores e Associação de Treinadores. -----

Para além dos delegados representantes das ANDD'S estiveram também presentes o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral em exercício, Humberto Carvalho Gomes (Humberto Gomes), o Secretário da Mesa de Assembleia-Geral, Ricardo Nuno de Bastos Soares (Ricardo Soares), o Presidente da FPDD, Fausto José da Cruz Pereira (Fausto Pereira), o Diretor Técnico Nacional, Hugo Miguel da Silva (Hugo Silva). -----

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente em exercício, Humberto Gomes e o Secretário, Ricardo Soares. -----

De acordo com a convocatória a Assembleia Geral tem como agenda de trabalhos: -----

Ponto Um - Análise, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas relativo a 2021; -----

Ponto Dois - Outros assuntos de interesse geral. -----

Luís Gestas solicitou a palavra, para fazer um ponto prévio, ao Presidente da Mesa de Assembleia, Humberto Gomes ao que este aceitou. -----

Luís Gestas disse que gostaria de deixar claro à PCAND que a ANDDVIS não é contra a criação da Federação de Boccia apenas entende não ser oportuno no momento. -----

Humberto Gomes deu início à Assembleia Geral confirmando a presença dos delegados participantes, de seguida procedeu à leitura da convocatória e deu a palavra ao Presidente da FPDD, Fausto Pereira que agradeceu a presença de todos os delegados e lamentou o facto de nem todas as ANDD's estarem presentes, felicitou os trabalhadores e as ANDD's pelo trabalho e esforço desenvolvido na elaboração do Relatório de Atividades e Contas 2021 (RAC). Referiu ainda que o que tinha a dizer foi o que deixou escrito na introdução do RAC, salientando o facto de algumas ANDD's terem conseguido aumentar o número de atletas em relação ao ano anterior. No entanto a prática desportiva pelas pessoas com deficiência continua a ser diminuta pelo que é necessário trabalhar no sentido de fazer crescer a mesma, sendo esse o papel da FPDD. De seguida Humberto Gomes deu a palavra a Hugo Silva para que este fizesse a apresentação do RAC 2021, para o efeito partilhou um ficheiro para que todos pudessem acompanhar a sua apresentação, que foi sucinta e baseada em quadros resumo do financiamento e gráficos de modo a simplificar a compreensão do documento. Começou por frisar que a elaboração do RAC foi fruto do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da FPDD, das ANDD's e Direção, foi introduzido um capítulo sobre a Situação Desportiva em que se pode verificar o aumento do número de atletas da ANDDI e da ANDDVIS comparativamente à época desportiva anterior. Relativamente aos Programas financiados pelo IPDJ verificou-se um decréscimo comparativamente ao ano 2019, mas pode ser explicado, em parte, com o facto de não termos

organizado qualquer evento internacional devido à pandemia. Quanto ao programa de organização e Gestão da Federação cujo financiamento é exclusivamente para a FPDD teve um apoio de 50.000€. Para o Desenvolvimento da Atividade Desportiva a FPDD teve o apoio de 167.540,00 e para o SNAR teve um financiamento de 146.160,00€, montante este que é totalmente distribuído pelas ANDD's. Luís Gestas pediu a palavra para questionar se as modalidades de Andebol e de Ténis de Mesa não estavam nas respetivas Federações. Hugo Silva explicou que no Andebol existe um protocolo entre a ANDDI e a FAP que é respeitante ao DAD, mas que em termos de SNAR a modalidade é enquadrada pela FPDD dado que são competições VIRTUS; no que respeita ao Ténis de Mesa, na área Intelectual o enquadramento é FPDD/ANDDI, estando a FPTM focada para a Deficiência Motora. Luís Gestas questionou quais os critérios que se aplicam para a atribuição do financiamento da equipa técnica ao que Hugo Silva respondeu que são critérios que vêm de anos e acordos anteriores e que estão ligados à atividade apresentada por cada ANDD em DAD e que deve ser entendido em conjunto com os Recursos Humanos de SNAR, esclarecendo que a alocação dos técnicos tem em conta a justificação das despesas nos vários programas. Existe um valor para os Técnicos da FPDD e um valor unitário por técnico de ANDD, sendo que os acordos vigentes determinam a quantos técnicos cada ANDD tem direito. Quanto ao Programa de Formação de Recursos Humanos teve um apoio de 18.000,00€, dos quais apenas foram gastos 7.919,24€ que devido à pandemia não foi possível à FPDD e às ANDD's desenvolverem todas as atividades previstas pelo que ter-se-á de devolver ao IPDJ cerca de 10.080,76€. No que concerne ao Programa de Apoio à Atividade Desportiva teve um financiamento total de 92.000,00€ do qual para o projeto "Desporto Inclusivo e Acessível para Todos" foi atribuído a verba de 17.000,00€ e para as Comemorações do 75º Aniversário do Goalball, composto por diversas atividades realizadas ao longo do ano de 2021, a verba atribuída foi um total de 75.000,00€, em que 10.000,00€ foram para a FPDD e 65.000,00€ foram para a entidade organizadora das atividades, EGCA. No que diz respeito ao financiamento do INR, a FPDD recebeu para o Apoio ao funcionamento das ONGPD o montante de 21.250,86€; para o Programa de financiamento a projetos a FPDD teve financiamento para os seguintes: projeto "Polybat

Challenge” no valor de 7.533,64 €; projeto “Fica em Forma!” no valor de 3.439,11 € e projeto “(In)Formar e (Des)Envolver para Incluir”) no valor de 4.096,33€ e para o Projeto “Desporto Inclusivo e Acessível para Todos” recebeu a quantia de 15.000,00€. Assim, o total de financiamento do INR foi de 51.319,94€, valor abaixo dos anos anteriores, o que se justifica pelo decréscimo na verba atribuída aos projetos. A Federação deu continuidade ao Projeto “Conhecer Mais para Incluir Melhor” que incluiu Concurso, publicação de Revista e organização do Seminário, este projeto contou com o apoio da Fundação do Desporto e da Camara Municipal de Lisboa. A Federação prosseguiu com o Projeto Erasmus + “SEDY 2” tendo recebido a quantia de 8.834,00€ para 2021. Relativamente ao Programa Paralímpico estiveram envolvidos 13 atletas da modalidade de Boccia até à realização dos Jogos Paralímpicos, no entanto nos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020 apenas participaram 10 atletas, estando atualmente no Projeto 8 atletas, fruto dos resultados de Tóquio e do Europeu de Sevilha. Na modalidade de Goalball, apesar de ter existido um interregno, continuaram a estar contemplados os 6 atletas no Projeto de Esperanças e Talento Paralímpicos, tendo esta modalidade beneficiado igualmente do Apoio Complementar para a aquisição de duas balizas. Para este Programa a FPDD recebeu um total de 243.706,60€ para apoio ao Projeto Paralímpico Tóquio 2020, Projeto Esperanças e Talentos Paralímpicos e para o Projeto Apoio Complementar. A FPDD decidiu realizar um Curso de Classificadores Desportivos enquadrado na estratégia de desenvolvimento da modalidade de Rugby em Cadeira em Rodas e foi apoiada pelo CPP no valor de 2.457,60€. A Camara Municipal de Lisboa no âmbito da Lisboa Capital Europeia do Desporto apoiou a realização da I Taça Ibéria de Rugby em Cadeira de Rodas, 3º Torneio Polybat da Área Metropolitana de Lisboa e o VI Seminário da FPDD “Conhecer Mais para Incluir Melhor” no valor total de 9.846,00€. Finalmente e relativamente à situação económica e financeira, a FPDD teve gastos no valor de 779.383,26 € e rendimentos no total de 773.657,63 €, onde se obtém, o resultado líquido negativo do período no valor de 5.725,63 €, resultado este que se deve à depreciação dos Ativos adquiridos em anos anteriores e no ano de 2021. Para este resultado, a direção apresentou a proposta de aplicação para Resultados Transitados. -----

Finalizada a apresentação do RAC 2021, Humberto Gomes procedeu à leitura do Relatório do Parecer do Conselho Fiscal e de seguida perguntou se havia alguma questão que os delegados quisessem colocar, como não houve qualquer questão passou à votação do RAC 2021 o qual foi aprovado por unanimidade. -----

Concluído o Ponto Um, Humberto Gomes passou ao Ponto Dois da agenda de trabalhos e José Pavoeiro pediu a palavra para esclarecer sobre as modalidades de Andebol e Ténis de Mesa para os atletas com deficiência intelectual. Relativamente ao andebol a ANDDI celebrou um protocolo com a Federação de Andebol, mas continua a desenvolver atividades da modalidade, quanto ao Ténis de Mesa a Deficiência Intelectual e o Síndrome de Down ainda não estão incluídos, pelo que a ANDDI continua a desenvolver as atividades desportivas para estes atletas ao que Luís Gestas disse que tinha visto um *post* do atleta João Soldado em que lhe tinha sido atribuída uma placa por participação no Campeonato de Ténis de Mesa Individuais e que era estranho se o atleta não estava incluído na Federação de Ténis de Mesa. Referiu ainda que desconhece quais os critérios de financiamento aplicados na FPDD e que está na altura de se voltar a discutir esses critérios, pois está na disposição de não assinar qualquer contrato programa com a Federação sem que este assunto volte a ser discutido e que não aceita que o IPDJ que anteriormente tinha dito que a prioridade seria apoiar as modalidades paralímpicas em detrimento das modalidades não paralímpicas venha agora atribuir um financiamento de 30.000€ apenas para a participação nos 2.º Jogos Europeus Virtus, Cracóvia 2022 , pois este montante deve ser distribuído pelas ANDD's, referindo que deveria ser discutido e decidido na Assembleia Geral o destino do financiamento. Margarida Duarte respondeu que apesar de ter sido atribuído 30.000€ para o evento da ANDDI, esta pode decidir não ir uma vez que a verba é insuficiente para garantir uma participação digna. Para além disso a ANDDI tem muitas atividades e nunca solicita a totalidade do apoio, ou seja, consegue obter financiamento por outras vias. Referiu ainda que não faz sentido haver discussão sobre este financiamento nesta Assembleia Geral. Luís Gestas respondeu que concorda, pois com financiamento consegue-se fazer muitas atividades. Estamos no início de um novo ciclo e por isso é necessário atribuir financiamento a quem necessita de modo a haver mais justiça e equidade,

referindo que o IPDJ é bem claro na atribuição do financiamento ao evento da ANDDI, mas que em 2021 o IPDJ referiu também que existia um acordo que o Goalball deveria ter um financiamento específico de 60.000€, tendo solicitado a partilha de ecrã onde partilhou um e-mail do IPDJ que atesta esta situação, referindo que no ano passado não considerava que esta verba fosse relevante, pois não iria influenciar a preparação da Seleção Nacional de Goalball, pois foi muito perto do Campeonato Europeu, no entanto pensa que este financiamento deve ser mantido para o desenvolvimento da modalidade, e, portanto é preciso respeitar o que foi dito pelo IPDJ. José Pavoeiro mencionou que este assunto deveria ser discutido no seio da Federação com as ANDD's. David Henriques referiu que não estava à espera de que este assunto fosse abordado, pelo que não pode comprometer-se com uma resposta sem falar primeiro com o Presidente da PCAND. Compreende a posição do Luís Gestas e pensa que a PCAND estará disponível para reunir com as outras ANDD's. Fausto Pereira disse que a questão o 60.000€ já tinha sido alvo de discussão no IPDJ e que esta situação deve ser resolvida. Luis Gestas referiu que não irá compactuar com esta situação de desigualdade entre as ANDD's em que apenas uma ANDD recebe cerca de 57% do financiamento do IPDJ e que se for preciso irá denunciar a situação na praça pública e mencionou ainda que a ANDDVIS irá tomar medidas em prol do desenvolvimento do desporto e dos atletas da ANDDVIS e do Movimento Paralímpico. Margarida Duarte disse que acha estranha a posição do Luís Gestas, pois foi durante algum tempo Vice-Presidente na Direção da FPDD e nunca houve controvérsia sobre os critérios de financiamento, compreende que o facto de, agora, ser Presidente da ANDDVIS possa ter contribuído para perceber a situação do financiamento. Fausto Pereira mencionou que os critérios de financiamento devem ser discutidos com os Presidentes das ANDD's, estes devem chegar a um entendimento sobre a matéria e apresentar uma proposta à Direção da FPDD. Luís Gestas solicitou para que os 30.000€ não fossem distribuídos apenas pela ANDDI, mas em partes iguais para cada ANDD, ou seja, 25% por cada ANDD, ao que Fausto Pereira respondeu que a verba ainda não foi paga pelo IPDJ e não sabemos como irá ser paga se por duodécimos ou outra forma. Margarida Duarte referiu que pensa que não está em causa a discussão sobre os critérios de financiamento o que se passa é que uma ANDD está insatisfeita, mas

concorda com a realização de uma reunião entre as ANDD's para discutir este assunto. Luís Gestas comentou que não há vontade da ANDDI para discutir este assunto, uma vez que ela tem sido beneficiada, mas é preciso dar mais financiamento às outras ANDD's para que estas possam também realizar mais atividades. A ANDDVIS nestes últimos 6 meses tem conseguido desenvolver imenso trabalho, mesmo sem qualquer financiamento adicional. Fausto Pereira disse que o mais que pode fazer é promover uma reunião entre os Presidentes das ANDD's para que possam discutir o assunto. Manuel Carvalho disse que o trabalho desenvolvido pela ANDDI está espelhado no RAC. Luís Gestas comentou que não estamos a avaliar o passado, mas o futuro que deve ser salvaguardado e congratula o Presidente da FPDD por se ter disponibilizado para agendar uma reunião com os Presidentes das ANDD's. -----
Assembleia Geral terminou quando eram vinte horas e dez minutos. -----

O Presidente da Mesa de Assembleia-Geral em exercício - Humberto de
Carvalho Gomes -----



O Secretário da Mesa de Assembleia- Geral – Ricardo Nuno de Bastos Soares

